

## **Contribuição ao debate de conjuntura do Conselho de Base do Sintrajud**

### **2016-2018**

1. Desde o processo de derrubada do desastroso governo de ajuste fiscal de Dilma Roussef (PT) foi consolidado um processo regressivo na política nacional. Com aprofundamento da crise econômica, social e política, caracterizado pelo predomínio e intensificação de elementos reacionários, com um brutal avanço da burguesia sobre os direitos da classe trabalhadora.
2. O projeto burguês-imperialista hegemônico tem como objetivo o alcance de um novo padrão de exploração, opressão e espoliação da classe trabalhadora. Capaz de ativar um ciclo ascendente de investimentos capitalistas, e, na esfera política, impor reformas regressivas no regime (tornando-o ainda mais autoritário) e eleger um governo comprometido com este programa reacionário.
3. Mas essa busca por um novo equilíbrio econômico, político e social ainda não foi alcançado, pois esse avanço se depara com a resistência da classe trabalhadora e pelos conflitos inter-burgueses. Não podemos deixar de considerar que em 2017, mesmo vivendo uma situação defensiva, a classe ainda conseguiu construir uma grande greve geral em abril.
4. Após o tombo violento, quando o PIB caiu 7,2% entre 2015-16, a esperada recuperação não veio - a economia está retraída, muito abaixo do nível pré-crise -, alimentando o já elevado mal-estar social.
5. A somatória dos efeitos da greve de caminhoneiros com incertezas eleitorais e turbulências internacionais impacta negativamente a projeção do PIB para 2018, que vem caindo mês a mês - hoje está em torno de 1,5%.
6. Não há perspectiva de um crescimento capaz, no curto e médio prazo, de reverter esse quadro de estagnação, de modo que a crise social seguirá aquecida.
7. A crise econômica provoca também uma potente crise social, que atinge com mais intensidade os negros e negras, mulheres e LGBTs, isto é, os setores mais oprimidos e explorados do proletariado.
8. Já são quase 30 milhões de brasileiros desempregados ou sub-empregados. Somente entre 2016-17, a pobreza extrema aumentou 11%: 14,8 milhões de pessoas vivem com menos de R\$ 136 reais por mês.
9. A desigualdade social avançou rapidamente, a renda média do trabalhador caiu e a violência urbana atingiu níveis alarmantes.

10. Além disso, os brutais cortes nos investimentos sociais, a crise fiscal dos estados e municípios, a contrarreforma trabalhista, a lei da terceirização, entre outras medidas, também agravam a crise social.

11. Ante esse cenário desolador, o mal-estar na sociedade é elevadíssimo. Como o plano da burguesia e do imperialismo é aprofundar os ataques em curso, e não existe expectativa de reversão da estagnação econômica no médio prazo, nada sugere que a insatisfação popular venha a arrefecer no próximo período.

12. A crise política, estreitamente vinculada à crise econômica-social, se expressa em dois elementos principais: (a) o desarranjo político-institucional e (b) a crise do sistema político-partidário.

13. O primeiro se manifesta no enfraquecimento do Executivo e do Legislativo, tendo como contrapartida o fortalecimento do Judiciário e das Forças Armadas.

14. O segundo consiste na crise dos principais partidos do regime (PSDB, MDB, PT) e, por consequência, do modelo de governabilidade baseado no chamado presidencialismo de coalizão.

15. A fração burguesa, que confere suporte à Lava Jato, tenta reformar o sistema político partidário, reduzindo o número de partidos, qualificando a representação política burguesa e diminuindo a disfuncionalidade do sistema - sempre no sentido de torná-lo menos democrático. Os principais partidos do regime, porém, buscam manter de pé o sistema e salvar lideranças políticas ameaçadas, por isso se enfrentam com a fração da Lava Jato.

16. Este conflito se expressa também na divisão do STF em duas alas confrontadas.

17. Ao projeto imperialista-burguês no plano econômico-social corresponde um plano de reformas reacionárias no regime político de dominação. Em outras palavras, para impor ataques brutais, que desconfiguram garantias sociais e democráticas da carta constitucional de 1988, a classe dominante necessita de um regime mais duro.

18. As transformações reacionárias implicam no estreitamento e eliminação de liberdades democráticas. Assim, avançam os elementos autoritários.

19. A prisão política de Lula, o novo protagonismo das Forças Armadas e do Judiciário, a intensificação dos mecanismos repressivos e da violência política, como vimos na execução da Marielle, nos crescentes assassinatos no campo e no avanço do extermínio do povo negro e pobre nas periferias, são algumas das evidências incontestáveis desse processo.

20. Mas é preciso cautela no diagnóstico: estão ocorrendo reformas reacionárias e não a substituição da democracia-burguesa por outro regime, de modo que não estamos perante um regime ditatorial. A hipótese de mudança de regime pode estar colocada mais adiante, caso a crise político-social se aprofunde qualitativamente.

21. O aparecimento de uma extrema-direita com audiência de massas, ainda que minoritária, é um dos aspectos mais relevantes, e preocupantes, da situação política. A bandeira da “intervenção militar” adquiriu influência real. E um candidato neofascista, Jair Bolsonaro, pode chegar ao segundo turno.

22. As diferentes organizações de extrema-direita não movem massas, mas sim um amplo ativismo de extrema-direita. Porém, estão em dinâmica de crescimento, organizando milhares de militantes Brasil afora.

23. A base eleitoral de Bolsonaro, predominantemente de classe média (segundo as pesquisas de opinião, o militar tem mais força entre os mais ricos e escolarizados, e entre os homens), não é, em sua maioria, adepta do programa fascista, mas está disposta a votar num candidato que evoca o sentido de força, ordem, segurança e que aparece como contraposição ao sistema político corrupto e desmoralizado.

24. É preciso destacar a resistência dos trabalhadores e dos oprimidos (mulheres, LGBTs, negros e negras e indígenas). Ocorreram lutas significativas no último período, como o dia de greve geral em abril de 2017, a paralisação de caminhoneiros, milhares de greves defensivas, importantes mobilizações de mulheres e LGBTs, inúmeras ocupações de terra na cidade e no campo, entre outros exemplos.

25. Contudo, a resistência que ocorreu - ora maior, ora menor - foi incapaz deter a ofensiva burguesa. Houve maior disposição para mobilizações em torno de interesses materiais diretos - direitos, salário, emprego.

26. Prevalece, na classe trabalhadora e setores populares, uma consciência contra o governo e as reformas, mas a disposição de luta não corresponde ao elevado grau de insatisfação. Neste momento, há uma dinâmica de refluxo nas lutas do proletariado. Entretanto, devemos sublinhar que não houve derrota histórica da classe trabalhadora.

27. A resistência à reforma previdência, que é componente vital do projeto econômico burguês, demonstrou que o proletariado, apesar do cenário muito difícil, não cederá posições centrais sem luta.

28. As direções políticas e sindicais majoritárias (PT, centrais sindicais) influenciaram muito negativamente a dinâmica das lutas de resistência, cumprindo um papel desmobilizador.

29. Observamos a ação regressiva destes aparatos burocráticos em diversos momentos: após a greve geral de abril de 2017, na linha recuada nos momentos de maior crise do governo Temer, na adaptação à reforma trabalhista, na falta resistência à altura perante a prisão de Lula, na linha equivocada quando da greve dos caminhoneiros, na falta de apoio aos petroleiros, entre outros exemplos.

### **Eleições Presidenciais 2018**

30. Falta pouco para as eleições. Precisamos destacar os seguintes elementos relativos à disputa presidencial: (a) com a prisão de Lula e a posição de força de Bolsonaro, a disputa eleitoral começa com alto grau de imprevisibilidade; (b) Bolsonaro pode ir ao segundo; (c) a candidatura principal da direita tradicional (Alckmin) terá apoio majoritário da burguesia e do imperialismo, mas não tem vaga garantida no segundo turno; (d) Se ocorrer a cassação de Lula, Haddad e Manuela e irão brigar para chegar no segundo turno; (e) Ciro Gomes cresceu e disputa vaga no 2º turno com discurso envernizado à esquerda; (f) Marina segue bem posicionada nas pesquisas e pode virar opção para a direita caso Alckmin não decole; (g) o espaço para candidaturas da esquerda, nas massas, é bastante reduzido, mas pode crescer um pouco com o decorrer da campanha; no ativismo, particularmente na juventude.

31. Ainda sobre eleições não poderíamos deixar de destacar dois pontos: (a) a política de alianças do PT e (b) a prisão do Lula.

32. O PT optou por fazer uma ampla frente com os partidos apoiadores do golpe parlamentar-midiático-jurídico em todo país. No Ceará e Piauí, PT abriu mão de reeleger seus atuais senadores para apoiar candidaturas do MDB. Em Alagoas, o PT decidiu por apoiar Renan Calheiros pro senado e seu filho pro governo do estado, ambos do MDB. Na Bahia, onde Rui Costa parece não ter dificuldades para uma reeleição, o PT fechou aliança com 14 partidos (PSD, PP, PR, PSB, PC do B, PDT, PRP, PMB, Podemos, Avante, PTC, PMN e Pros). Fernando Pimentel em Minas Gerais já fechou aliança com o DC e aguarda pelo PCdoB, PR e MDB.

33. Com a ampla liderança nas pesquisas o ex-presidente Lula segue sendo o preferido dos eleitores em todos países.

34. Lula continua preso, condenado em um processo que teve tramitação recorde e teve exposto todo o seu caráter político no dia 08/07/18, quando uma liminar que ordenava a sua liberdade foi negada até mesmo por um despacho de Sérgio Moro, de férias em Portugal e sem jurisdição alguma na execução da pena. O judiciário

intervém diretamente no processo eleitoral, para alijar o candidato líder das pesquisas da disputa.

35. Nesta semana, a Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, apresentou impugnação à candidatura de Lula, A procuradora pede ainda que Lula não seja autorizado a fazer campanha mesmo antes da decisão final do tribunal.

36. Agora uma decisão do alto comissariado da Onu atesta que o tratamento dado a Lula fere disposição internacional em defesa dos direitos políticos humanos.

37. Um país democrático acataria a decisão por força da própria assinatura ao tratado internacional.

38. Em um país com sua soberania ainda por se firmar, a decisão da ONU poderia ser discutida, ponderada e, uma vez pesados os prós e contras, acatar a decisão, ou contestá-la junto ao Comissariado sobrestando o procedimento, mas estamos falando do Brasil, um país em frangalhos, com um governo ilegítimo e uma burguesia que busca impor os seus projetos atropelando as mínimas liberdades democráticas, com o aval da grande mídia e da alta casta do judiciário brasileiro.

39. Parcela determinante da burguesia nacional não admite um possível governo Lula que, ainda que mantenha a linha “paz e amor”, de um governo de colaboração de classes, de crença nas instituições burguesas, entre estas o Judiciário, poderia modificar a atual agenda econômica. Deram um golpe para ter um governo “puro sangue”, somente seu, comprometido com uma agenda de desmonte completo dos direitos sociais.

40. A crise brasileira não pode ser resolvida por meio conciliação entre as diferentes classes. Os de cima já perceberam isso e conduzem uma guerra contra os direitos e as condições de vida da classe trabalhadora e dos oprimidos.

41. Nossos sonhos não cabem nas urnas, nossas pautas também não, mas não podemos deixar de denunciar aqueles que se propõem a retirar os nossos direitos em seus programas de governo, com pautas reacionárias, racistas, machistas, misógenas e lgbtfóbicas, como é o caso do perigoso Bolsonaro.

42. É necessário o enfrentamento dos ataques à classe trabalhadora nas ruas, construindo greves gerais, exigindo às direções das grandes centrais sindicais para que ponham as suas burocracias à favor das nossas lutas pela revogação das contra-reformas de Temer, redução da Jornada de Trabalho e elevação da salário mínimo,

taxar os mais ricos e realizar a auditoria da dívida, reversão das privatizações e plano de obras públicas, combate às opressões (as vidas das mulheres, negros e negras e LGBTs importam), segurança pública para defender a vida (basta de extermínio do povo negro e pobre), em defesa da justiça do trabalho e dos serviços públicos.

Subscritores

Démerson Dias

Henrique Sales Costa

Marcus Vergne